

Parecer nº 182/99

Data: 1999.11.03

Processo nº 734

Requerente: Matilde Teixeira Lopes.

1 - O pedido

Matilde Teixeira Lopes, identificada no processo, veio requerer à Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) parecer favorável para acesso ao “Relatório Médico da Autópsia” e ao “Relatório Médico emitido pela Direcção Clínica do Hospital de Santa Maria sobre a história clínica da doença” de sua filha, Ana Marta Lopes Gomes, que faleceu em 5 de Fevereiro de 1998 no referido hospital.

A fundamentar esse pedido alega que pretende aceder aos mencionados documentos porque lhe foram pedidos pela empresa Atlântico Seguros para resolver processo em curso, respeitante a um seguro subscrito pela mencionada filha.

2 - Os factos

A requerente, que se identificou através de fotocópia do seu bilhete de identidade, demonstrou os alegados parentesco e falecimento juntando ao processo fotocópia de certidão do assento de óbito da referida Ana Marta Lopes Gomes, da qual também se extrai que esta faleceu no estado de solteira, com a idade de 28 anos.

Também se considera assente o facto de que a requerente necessita de aceder aos documentos em causa para fazer valer direitos decorrentes de um seguro de vida contraído pela dita Ana Marta Lopes Gomes para crédito à habitação e titulado pela apólice nº 50113903 da BPA Seguros Vida, SA.

3 - O Direito

3.1. A Lei de Acesso aos Documentos da Administração (LADA) é a Lei nº 65/93, de 26 de Agosto, entretanto alterada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março, e pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho. Em relação aos documentos nominativos, isto é, aos documentos administrativos que contenham dados pessoais – cf. o seu artigo 4º, nº 1, alíneas *b)* e *c)* –, como são, em regra, os relatórios clínicos e de autópsia, a LADA permite o seu acesso ao titular desses dados, sem necessitar, sequer, de invocar um interesse ou motivo. Já o acesso de terceiros a tais dados só é permitido desde que sejam, cumulativamente, satisfeitas as seguintes condições:

- Demonstração de um interesse directo, pessoal e legítimo (cf. artigo 8º, nº 2);
- Obtenção de parecer favorável da CADA artigo 15º, nº 2, e artigo 20º, nº 1, alínea *c)* .

3.2 A CADA entende que a familiar em causa tem interesse directo, pessoal e legítimo no acesso à documentação relativa ao falecimento de sua filha. Mas o grau de acesso deve ter em conta a finalidade do mesmo. No caso vertente, visa-se a ulterior entrega a terceiro (uma empresa seguradora), pelo que o acesso deve ser proporcionado e adequado a tal circunstância.

4 - Parecer

Pelo exposto, a CADA delibera, ao abrigo da alínea *c)* do nº 1 do artigo 20º da LADA, que o acesso pretendido por Matilde Teixo Lopes aos mencionados documentos, arquivados no Hospital de Santa Maria e relativos a sua filha Ana Marta Lopes Gomes, se circunscreva ao(s) documento(s) de que conste(m) a causa da morte.

Por se tratar de acesso por parte de terceiro não pode exigir-se intermediação médica, conforme a nova redacção dada ao artigo 8º da LADA pela Lei nº 94/99, de 16 de Julho.

Envie-se cópia do presente parecer à requerente e ao Hospital de Santa Maria, em Lisboa.

Aprovado na sessão da CADA de 3 de Novembro de 1999.

Castro Martins (Presidente) – *José Magalhães* – *Vasco Almeida* – *João Figueiredo* – *Francisco de Brito* – *Renato Gonçalves* – *Branca Amaral* – *Amadeu Guerra*